



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ
GESTÃO DE CONTRATOS**

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA-EPP**, sediada à Rua João Batista nº 44-B, Bairro Centro – Ananindeua/PA, CEP 67.030-585, e escritório comercial à Rua 02 – Conjunto Júlia Seffer nº 10 – Bairro de Aguas Lindas – Ananindeua/PA – CEP 67.020-390, inscrita no CNPJ Nº 16.887.298/0001-33. E prestadora de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra de carregadores junto a esta Superintendência Regional de Polícia Federal.

Contrato nº 03/2015-SR/DPF/PA.

Quadro efetivo atual: 02 Postos

Vigência do Contrato: 11.05.2015 a 10.05.2016

1º Termo Aditivo vigência: 11.05.2016 a 10.05.2017.

Salientamos ainda que a empresa vem cumprindo satisfatoriamente, com o objeto do contrato, não havendo nada que a desabone técnica e comercialmente até a presente data.

Belém/PA, 22 de fevereiro de 2017.


UALAME FIALHO MACHADO
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional – SR/PF/PA



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARÁ**

TERMO DE CONTRATO

PROCESSO Nº 08360.002023/2014-85

CONTRATO Nº 3/2015

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE CARREGADOR, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO PARÁ, E A EMPRESA OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA-EPP

A União, por intermédio da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Pará, com sede na Av. almirante Barroso, 4466, Souza, CEP 66613-905, Belém/PA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0030-70, neste ato representada pelo Sr. Delegado de Polícia Federal **ILDO GASPARETTO**, RG nº 3.019.577.951-SSP/RS, CPF nº 372.031.420-00, nomeado pela Portaria nº 515/2014 – SECRETARIA EXECUTIVA, de 30/05/2014, publicada na Seção 02 do Diário Oficial da União nº 103, de 02/06/2014, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4608/2014-DG/DPF, de 24/07/2014, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA-EPP, inscrita no CNPJ nº 16.887.298/0001-33, com sede na Rua João Batista, 44-B, Centro, CEP 67.030-585, no Município de Ananindeua/PA, denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Senhora **GISELLE BARROS DAMASCENO**, portadora da Cédula de Identidade nº 038656282010-8 SSP/MA e CPF nº 605.081.543-75, tendo em vista o que consta no Processo nº 08360.002023/2014-85 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 1997, de 07 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 07/2014, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa para a prestação de serviços continuados de carregador, com mão de obra especializada, para atender as necessidades

Erika Almeida

D P

OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO
DE MÃO-DE-OBRA LTDA.-EPP
Giselle Barros Damasceno
SÓCIA-ADMINISTRADORA

da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Pará (SR/DPF/PA), que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo I do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE/ POSTOS	CARGA HORÁRIA
Serviço de Carregador	Sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Pará e Unidades Descentralizadas em Belém/PA	2	44 horas Semanais

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 11/05/2015 e encerramento em 10/05/2016, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses.

2.1.1. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 5.783,32 (cinco mil, setecentos e oitenta e três reais e trinta e dois centavos), perfazendo o valor total de R\$ 69.399,84 (sessenta e nove mil, trezentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2015, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/200386

Fonte: 0100000000

Programa de Trabalho: 090123

Elemento de Despesa: 339037

PI: 702A

OFFICE SERVICE TERCEIRIZADA
DE MAO DE OBRA LTDA.-EPP
Gisele Barros Damasceno
SÓCIA-ADMINISTRADORA

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO

6.1. Visando a adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis nos artigos 37 a 40 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

6.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

6.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

6.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

Erica Almeida




FICHA SERVICE TERCEIRIZAÇÃO
DE MÃO DE OBRA (T.O.) - 2014
Iselle Barros Damasceno
SÓCIA-ADMINISTRADORA

6.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

6.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

6.7.2. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

6.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

6.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

6.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

6.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.13. Quando a repactuação referir-se aos custos de insumos, fica ajustado que o reajuste será calculado pelo índice IGP-M/FGV.

6.14. Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

6.14.1. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

6.14.2. as particularidades do contrato em vigência;

6.14.3. a nova planilha com variação dos custos apresentados;

6.14.4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

6.14.5. índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.

6.14.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

6.15. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

FFIVE SERVICE TROEINIZACAO
DE ACORDO DE OBRA LTDA.-EPP
Siselle Barros Damasceno
SÔNIA ADMINISTRADORA

Erika Almeida

- 6.15.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- 6.15.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- 6.15.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.16. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.17. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.18. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

6.19. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

7.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO

10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

Erika Almeida


FICHA DE SERVICE TERCEIRIZADA
DE MAN. DE OBR. LDBA - EPV
Iselle Barros Damasceno
SÓCIA-ADMINISTRADORA

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VEDAÇÕES

11.1. É vedado à CONTRATADA:

11.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO

12.1. Posteriormente, se em decorrência de algum provimento judicial ou por qualquer outro motivo a empresa locadora de mão de obra conseguir permissão para ser regularmente optante pelo simples, ainda assim deverá apresentar planilha de formação de custos sem contemplar os benefícios do regime tributário diferenciado.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES



13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.


OFFER SERVICE TERCEIRIZAÇÃO
DE MÃO-DE-OBRA TÁXIPPI
Jucilei Barros Damasceno
SÓCIA-ADMINISTRADORA

Erika Almeida

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Belém-PA - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Belém/PA, 08 de maio de 2015.


DPF ILDO GASPARETTO
Superintendente Regional
SR/DPF/PA


GISELE BARROS DAMASCENO
CPF: 605.081.543-75
Sócia-Administradora


OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA-EPP

OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO
DE MÃO-DE-OBRA LTDA.-EPP
Giselle Barros Damasceno
SÓCIA-ADMINISTRADORA

TESTEMUNHAS:


ERIKA ALMEIDA DOS SANTOS
CPF: 572.953.012-91

Erika Almeida dos Santos
AADM - MAT 12.775


AMARILDO JORGE VILHENA DE SOUZA
CPF: 134.823.942-53

AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº 3/2015

OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA-EPP, inscrita no CNPJ nº 16.887.298/0001-33, por intermédio de seu representante legal, a Sra. Giselle Barros Damasceno, portadora da Cédula de Identidade RG nº 038656282010-8 – SSP/MA e do CPF nº 605.081.543-75, **AUTORIZA** a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Pará, para os fins dos artigos 19-A e 35 da Instrução Normativa nº 02, de 30/04/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão nº 07/2014:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme o artigo 19-A, inciso V, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008;

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA-EPP junto a instituição bancária oficial, conforme o artigo 19-A, inciso I, e Anexo VII, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Pará, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, conforme artigos 19, XIX, e 35, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008.

Belém/PA, 08 de maio de 2015.



GISELLE BARROS DAMASCENO

CPF: 605.081.543-75

Sócia-Administradora

OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA-EPP

OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃ
DE MÃO-DE-OBRA LTDA.-EPP
Giselle Barros Damasceno
SÓCIA-ADMINISTRADORA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ

TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº 08360.002023/2014-85
CONTRATO Nº 03/2015-SR/PF/PA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO DE MOVIMENTAÇÃO, MANUSEIO, CARGA E DESCARGA DE BENS MÓVEIS DURÁVEIS OU DE CONSUMO, NA SEDE DA SR/PF/PA, COM EVENTUAIS DESLOCAMENTOS PARA AS UNIDADES A ELA VINCULADAS, ENVOLVENDO CARREGADORES, COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO PARÁ E A EMPRESA OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA-EPP, NA FORMA ABAIXO:

A União, por intermédio da Superintendência Regional de Polícia Federal no Pará, com sede na Av. Almirante Barroso, nº 4466, Souza, CEP 66613-905, Belém/PA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0030-70, neste ato representada pelo Sr. Delegado de Polícia Federal **UALAME FIALHO MACHADO**, Delegado de Polícia Federal, Superintendente Regional da Polícia Federal no Pará, portador do CPF nº 640.055.502-15, residente e domiciliado nesta cidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 1134/2016, da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Cidadania, datada de 16 de agosto de 2016 e também pela Portaria nº 6696-DG/PF, de 18 de outubro de 2016, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA-EPP**, inscrita sob o CNPJ nº 16.887.298/0001-33, com sede na Rua João Batista, 44-B - Centro, no município de Ananindeua/PA, denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Sra. **GISELLE BARROS DAMASCENO**, portadora do CPF nº 605.081.543-75, sócia-proprietária, ajustam e acordam entre si o Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2015-SR/DPF/PA, observando o que consta no Processo nº 08360.002023/2014-85, sujeitando-se as partes ao comando da Lei 8.666/93 e suas alterações, bem como às demais normas pertinentes, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de vigência do contrato em referência por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 11/05/2017 a 10/05/2018, nos termos do Inciso II do Art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da execução contratual correrá a conta dos recursos orçamentários consignados à Polícia Federal, proveniente do Orçamento da União para o exercício de 2017, e no exercício seguinte, a conta da dotação orçamentária prevista para atender dispêndio da mesma natureza.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 03/2015-SR/DPF/PA, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à Contratante providenciar a publicação do extrato do presente Termo Aditivo, no Diário Oficial da União, no prazo legal.

E por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produzam seus efeitos jurídicos, na presença das testemunhas igualmente subscritas.

Belém/PA, 28 de abril de 2017.



UALAME FIALHO MACHADO
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional- SR/PF/PA

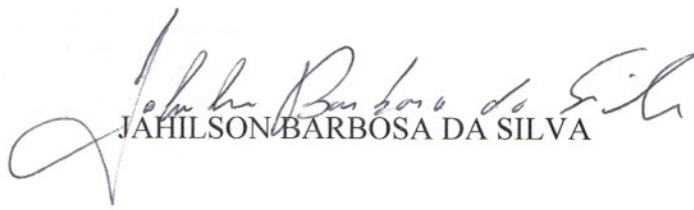


GISELLE BARROS DAMASCENO
CPF: 605.081.543-75
Sócia-Proprietária

TESTEMUNHAS:



VERA LÚCIA SOUSA COSTA



JAHILSON BARBOSA DA SILVA